

PL nº ____/2019

(Da SRA. JANDIRA FEGHALI)

Dispõe sobre o financiamento do Fundo
Nacional de Segurança Pública - FNSP.

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.

Art. 2º. O art. 2º da Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....

II - as doações, auxílios e subvenções de **pessoas naturais ou jurídicas**, entidades públicas ou privadas, **nacionais ou estrangeiras**;

.....

Parágrafo Único: Equipara-se a doação qualquer valor colocado à disposição da República Federativa do Brasil em acordos judiciais ou extrajudiciais celebrados entre entidades da administração pública federal indireta e autoridades estrangeiras”. (NR)

Art. 3º Para fins do disposto no inciso II e parágrafo único do art. 2º da Lei 10.201/2001, serão transferidos à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo de 5 dias úteis a contar da publicação desta Lei, o valor equivalente a US\$ 682.560.000,00 referente ao depósito judicial feito pela Petrobras S.A na conta vinculada à 13ª Vara Federal de Curitiba, os quais constituem 80% do valor de US\$ 853.200,00, estabelecido nos acordos firmados com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, em 26 de setembro de 2018.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 26 de setembro de 2019, a empresa Petrobrás S.A firmou um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (Non-Prosecution Agreement e Cease-And-Desist) para não ser processada naquele país em virtude de práticas que geraram prejuízos aos acionistas norte-americanos da empresa brasileira e, portanto, violaram a legislação dos Estados Unidos.

No acordo foi estipulado a penalidade criminal em desfavor da Petrobras S.A no valor de US\$ 853.200,00, devida aos Estados Unidos da América. Entretanto, as autoridades americanas destinaram 80% do referido valor (US\$ 682.560.000,00) para o Brasil.

O objetivo deste Projeto de Lei é resguardar a competência da União sobre a disposição dos valores provenientes de doações desta natureza. Com efeito, o Poder Legislativo reconhecendo a grave situação por que passa a segurança pública no país, entende que esses recursos devam constituir fonte de financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Sala das sessões, em 12 de março de 2019.

Dep. Jandira Feghali

Líder da MINORIA

(PCdoB/RJ)